

Dora Kramer*

Dependência mútua reaproxima Lula e Alcolumbre

Rompimentos definitivos na política são raros. Assim, de pronto, não vem nenhum à memória. Os atritos, no geral, são resolvidos, ainda mais quando os envolvidos têm interesses comuns e em alguma medida dependem um do outro.

É o caso do presidente Luiz Inácio da Silva e do senador Davi Alcolumbre. Estão ambos empenhados numa recomposição da convivência, ainda em fase preliminar, por intermédio de mensageiros experientes na arte da pacificação, como o ministro da Defesa, o ex-deputado José Mucio Monteiro.

Lula precisa do Senado não só para dar andamento a assuntos como as PECs da Segurança e da redução da jornada de trabalho, mas, sobretudo, ao destravamento de nova indicação para o Supremo Tribunal Federal (STF).

O presidente do Congresso não quer perder espaço nem influência na máquina pública e necessita se precaver de retaliações mais fortes, em casos cujas investigações podem ter algum tipo de interferência do governo.

A ruptura não beneficia nenhum dos dois. Daí que o mais provável é que vejamos em breve a con-

solidação de um cessar-fogo. Provavelmente não um acordo de paz, porque os tiros abriram feridas profundas, onde ressentimentos costumam se alojar em temperaturas de geleiras.

A retomada do diálogo atende ao instinto de sobrevivência. Entre Lula e Alcolumbre há relativa paridade de forças. O presidente da República está longe de ser o “pato manco” descrito em algumas análises menos compromissadas com os fatos. Estes mostram Lula à frente do aparelho de Estado e competitivo na eleição de outubro. Alcolumbre é dono da agenda do Senado — e do Parlamento, no caso de manifestações conjuntas das duas Casas —, por onde transitam decisões essenciais para o Executivo.

Além disso, movimenta-se para renovar o comando na nova legislatura a partir de 2027.

Em jogo está a forma como vai se dar a aproximação, de modo que não haja rendição ou submissão de um ao outro. Arquitetura delicada, mas essencial à preservação de pontes sobre as quais se sustenta a República.

*Jornalista e comentarista de política

Paulo César de Oliveira*

Aonde vamos chegar?

Realmente a situação dos Poderes constituídos no Brasil não está das melhores. Pior, não se enxerga uma solução para nenhum deles. O Supremo Tribunal Federal, antes inatacável, está em sua fase de maior desgaste junto à população por atitudes dos seus integrantes, como Alexandre de Moraes, cuja mulher advogada mantinha (ou ainda mantém?) um contrato bilionário com o Banco Master. Além de Moraes, Dias Toffoli e Gilmar Mendes sofrem críticas por relacionamentos muito próximos com Vorcaro. As inúmeras denúncias e críticas aos ministros precisam sim ser levadas a sério sim, mas com o devido cuidado pois surgem em um momento de radicalização política no país em que o STF teve um papel de destaque, com julgamentos e condenações de políticos e cidadãos comuns, envolvidos em tramas de toda ordem.

Os ministros feriram interesses sim, mas nem por isso as denúncias contra eles, e contra outros membros do Judiciário, pode se perder nos escaninhos da impunidade. Falando em impunidade, o país não pode se esquecer dos crimes de que são acusados alguns — não poucos — com provas bem robustas e que, em raríssimas ocasiões são julgados, protegidos pelos próprios companheiros. Não podemos nos esquecer também da proteção dada a eles pelo eleitor que diariamente está acusando os políticos de corrupção e que, chegando às urnas, desce de seu

tijolinho, esquece seu discurso e, pelo voto, reconduz ao Congresso os mesmos políticos que critica. É a impunidade pela irresponsabilidade.

Um problema que atinge também o Executivo, onde nem sempre — ou quase nunca, como queiram — os eleitores colocam os melhores nomes, fazendo escolhas baseadas em bravatas e falsas promessas de combate à corrupção. Já assistimos vários casos assim no país. Bom, enfim, infelizmente esta é uma realidade do Brasil de hoje, agravada pela irresponsabilidade que a radicalização política provoca, com denúncias vazias que nunca chegam a ser comprovadas. Mas é uma situação grave sim, que precisa ser enfrentada. No caso do Judiciário com a criação de um código de ética que impeça “escorregadas” de ministros e familiares sem que, no entanto, o familiar seja simplesmente impedido de exercer sua atividade profissional. Penalizar alguém por ser parente do ministro.

Bom, infelizmente, nos outros dois Poderes, além de códigos de ética e leis severas contra corrupção e outros deslizes, aplicadas com rapidez e independência a solução passa pelo eleitor, que precisa de mais seriedade em suas escolhas. Voto não se vende. Voto não é para homenagear ídolos. Lembrem-se: o voto interfere em sua vida.

*Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

Janguê Diniz*

O mercado de mentorias chegou ao seu ponto de maturidade?

O mercado brasileiro de mentorias vive um paradoxo interessante. Nunca houve tanta demanda por conhecimento aplicado, desenvolvimento empresarial e aceleração de resultados. Ao mesmo tempo, nunca foi tão evidente a ausência de critérios claros capazes de separar experiência real, capacidade estratégica e entrega consistente de simples posicionamento digital.

Nos últimos anos, o setor cresceu impulsionado pela transformação digital, ascensão da creator economy e valorização do conhecimento como ativo econômico. A democratização das plataformas digitais permitiu que milhares de profissionais transformassem experiência em produto, criando um mercado extremamente dinâmico e acessível.

Esse movimento teve méritos importantes. Expandiu o acesso à educação executiva, aproximou empresários de especialistas e abriu espaço para novos modelos de desenvolvimento profissional. Porém, como ocorre em praticamente todos os setores que crescem de forma acelerada, o avanço veio antes da estrutura.

Hoje, o mercado de mentorias ainda opera com baixa institucionalização. Em muitos casos, faltam critérios objetivos de validação, mecanismos sólidos de governança e parâmetros minimamente padronizados de qualidade. A consequência é previsível: aumento da subjetividade, assimetria de percepção e desgaste gradual de credibilidade.

A escolha de um mentor frequentemente acontece mais por presença digital, autoridade percebida ou alcance nas redes sociais do que por indicadores concretos de performance, experiência empresarial ou capacidade comprovada de gerar resultado. Isso não significa que o mercado seja inconsistente. Significa apenas que ainda está em processo de amadurecimento.

Todo setor que cresce rapidamente passa, em algum momento, por um ponto de inflexão. Foi assim com startups, franquias, educação executiva e até mesmo com o mercado financeiro. O crescimento inicial costuma ser impulsionado pela inovação e pela velocidade. A fase seguinte exige algo diferente, estrutura.

Governança, certificação, compliance, critérios de avaliação e mecanismos de reputação deixam de ser diferenciais e passam a funcionar como elementos fundamentais para a sustentabilidade do ecossistema. No mercado de mentorias, esse movimento começa agora.

A discussão sobre profissionalização do setor não deve ser confundida com burocratização ou limitação da atividade. Pelo contrário. Estruturar um mercado significa criar mais previsibilidade, confiança e segurança para todos os envolvidos, mentores, empresá-

rios, investidores e clientes.

Quando existem critérios objetivos, o ambiente se torna mais saudável. Bons profissionais conseguem consolidar reputação de forma mais consistente. Empresas passam a tomar decisões com menos subjetividade. E o próprio mercado ganha força institucional para sustentar crescimento de longo prazo.

Foi a partir dessa percepção que nasceu a Mentor Capital Group (MCG), holding criada para funcionar como um ecossistema estratégico voltado à profissionalização da mentoria empresarial no Brasil. A proposta não é criar apenas uma comunidade de relacionamento, mas uma estrutura baseada em governança, inteligência coletiva, critérios objetivos e desenvolvimento sustentável.

Entre os pilares do projeto está o Mentor Capital Standard (MCS), sistema de certificação desenvolvido para avaliar mentores a partir de fatores como performance empresarial, capacidade estratégica, ética, escalabilidade e impacto comprovado. O objetivo é reduzir subjetividades e criar referências mais sólidas dentro do setor.

A holding também adota uma metodologia própria de desenvolvimento empresarial, estruturada em quatro dimensões: Elevation, Engine, Execution e Expansion. Mais do que um framework, trata-se de uma tentativa de transformar experiência em processo, reduzindo improvisações comuns em um mercado ainda pouco organizado.

Naturalmente, nenhuma iniciativa isolada resolverá todos os desafios do setor. Mas o amadurecimento de qualquer mercado começa exatamente quando surgem as primeiras estruturas voltadas à organização, padronização e construção de credibilidade coletiva.

O mercado de mentorias brasileiro ainda possui enorme potencial de crescimento. Porém, seu próximo ciclo provavelmente não será definido apenas por alcance, audiência ou visibilidade. Será definido por consistência, reputação, governança e capacidade real de gerar transformação sustentável.

Em algum momento, todo mercado deixa de ser apenas tendência e passa a precisar de estrutura. Talvez este seja exatamente o momento da mentoria empresarial no Brasil.

*Diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), secretário-executivo do Brasil Educação - Fórum Brasileiro da Educação Particular, fundador, controlador e presidente do conselho de administração do grupo Ser Educacional, presidente do Instituto Êxito de Empreendedorismo, da JD Business Academy e da Mentor Capital Group

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: TEMPLOS CATÓLICOS ESTÃO SENDO DESTRUÍDOS POR MANIFESTANTES NA ESPANHA

As principais notícias do Correio da Manhã em 12 de maio de 1931 foram: Aristides Briand e Paul Doumer disputam os votos dos congressistas para saber quem será o novo presidente da França. É grande

o número de igrejas e templos destruídos em Madrid e Cádiz pelos manifestantes. China Revolucionária resolve adotar uma constituição republicana, mantendo Pequim a capital do país.

HÁ 75 ANOS: CHINA COMUNISTA AUMENTA A OFENSIVA MILITAR NA COREIA

As principais notícias do Correio da Manhã em 12 de maio de 1951 foram: Chineses aumentam a ofensiva na Coreia. ONU decreta embargo à China Comunista, desta vez com materiais para armamen-

tos de guerra. João Neves da Fontoura fala ao Correio da Manhã os resultados da IV Reunião dos Chanceleres das Américas. Militares que participaram da revolta de João Cândido não serão promovidos.